

Diário do Legislativo de 18/06/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

2 - ATAS

2.1 - 365ª Reunião Ordinária Interrompida - Homenagem à Polícia Militar do Estado de Minas Gerais

2.2 - 180ª Reunião Especial - Homenagem ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

2.3 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 - ERRATA

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

[Aqui entra lista da ordem mérito](#)

ATAS

ATA Do EVENTO REALIZADO NA 365ª REUNIÃO ORDINÁRIA INTERROMPIDA, em 6/6/2002

Presidência do Deputado Antônio Júlio

Sumário: Composição da Mesa - Registro de presenças - Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Antônio Andrade - Palavras do Coronel Álvaro Antônio Nicolau - Entrega de placa - Apresentação musical.

Composição da Mesa

O locutor (José Soares Júnior) - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Cel. PM Rúbio Paulino Coelho, Chefe do Gabinete Militar do Governador de Minas Gerais, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Cel. Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG; Cel. Carlos Augusto, representando o General Gilberto César, Comandante da 4ª R.M. e 4ª D.E.; Cel. Aviador Márcio João Zanetti, Comandante do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica; Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; Delegada-Geral Ivete Melo, Superintendente Administrativa de Segurança Pública, representando o Secretário de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais, Dr. Márcio Barroso; Cel. José Aníbal Fonseca, representando o Presidente da FIEMG; e Deputado Antônio Andrade, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Registro de Presenças

O locutor - Registramos as presenças dos Srs. Rômulo de Carvalho, Secretário-Geral do Ministério Público; Prof. Antônio Ramos de Souza, representando o Prof. Ney Soares, Reitor da UNI-BH; Milton Lucca, Diretor da Associação Mineira de Rádio e Televisão; Cel. Zeder Gonçalves do

Patrocínio, Presidente da União do Pessoal da Polícia Militar.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado por integrantes da Orquestra Sinfônica da PMMG.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Exmos. Srs. Cel. Rúbio Paulino Coelho, Cel. Álvaro Antônio Nicolau, Cel. Carlos Augusto, Cel. Márcio João Zanetti, Cel. BM Osmar Duarte Marcelino, Delegada Ivete Melo, Cel. José Aníbal Fonseca, caro amigo Deputado Antônio Andrade, caros colegas Deputados, convidados, policiais, senhoras e senhores, atendendo a requerimento do nobre Deputado Antônio Andrade, esta Assembléia Legislativa tem o prazer de homenagear, nesta solenidade, a Polícia Militar de Minas Gerais, pelo transcurso dos seus 227 anos.

Caberá, pois, ao ilustre Líder, Deputado Antônio Andrade, pronunciar a saudação oficial, em nome desta Casa, a essa tradicional corporação, que soube, ao longo de mais de dois séculos de história, transformar os desafios em novas oportunidades de crescimento e de aperfeiçoamento institucional.

Neste momento delicado, em que a violência irrompe sob todas as formas, a população mineira encontra na Polícia Militar uma instituição preparada para promover a sua segurança.

Como bem afirmou o Governador Itamar Franco, na mensagem que enviou a esta Casa no dia 15 de fevereiro deste ano, "a Polícia Militar, no esforço de criar um novo comprometimento no exercício do seu trabalho, vem colocando em prática o projeto polícia de resultados, buscando conhecer melhor os problemas para agir com mais eficiência. Para isso, construiu um banco de dados que permite acompanhar os fatos criminais por municípios, o que amplia a prevenção. Com recursos do Ministério da Justiça, a Polícia Militar está substituindo os seus equipamentos e, em convênio com o Corpo de Bombeiros Militar, vem realizando a capacitação de pessoal e compra de veículos".

Certamente, a capacidade de a Polícia Militar se adaptar às novas demandas sociais é a razão maior do reconhecimento que merece do povo mineiro. Por sua competência, essa instituição foi agraciada com o "Prêmio Expressão", durante solenidade realizada no último dia 27 de maio, no Minascentro, como destaque do serviço público mineiro.

Esta Presidência não poderia deixar de registrar, nesta hora, o alto nível de qualidade que norteia a formação dos quadros profissionais da Polícia Militar, como pode ser comprovado, dia a dia, no trabalho prestado a esta Casa pelos oficiais destacados para servir a esta Presidência, aos quais expressamos publicamente nosso agradecimento.

Gostaríamos de saudar o Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes, embrião da Polícia Militar de Minas Gerais, que integra o sistema de comando de policiamento de nossa Capital.

Esta homenagem se justifica pelo fato de que esse Regimento descende do histórico Regimento Regular de Cavalaria de Minas, ao qual pertenceu o Patrono da Polícia Militar e de nossa Pátria, o Alferes Tiradentes, exemplo de bravura, coragem e patriotismo.

Foi com o propósito de defesa da liberdade que surgiu a nossa Polícia Militar, a fim de dar um basta à "lei do mais forte", que vinha imperando no Brasil Colonial.

Hoje, com esse mesmo espírito, é uma instituição militar plenamente integrada à comunidade mineira, com uma gestão participativa e totalmente aberta à sociedade civil, em seus numerosos programas e atividades.

Não poderia ser outra a vocação de uma instituição que, nascida sob o signo da liberdade, na figura tutelar de Tiradentes, também legou à vida pública o gênio de Juscelino Kubitschek de Oliveira e viu projetar-se na literatura a genialidade de João Guimarães Rosa.

Ambos souberam envergar com honra e orgulho o uniforme de oficiais da nossa Polícia Militar, antes de lançarem vôo para o mundo da política e da literatura. Sempre souberam conservar em sua memória, com respeito e gratidão, o tempo da farda e da caserna. À Polícia Militar, os nossos parabéns pelos 227 anos. Muito obrigado!

Exibição de Vídeo

O locutor - Neste instante, será exibido um vídeo institucional da Polícia Militar.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Antônio Andrade

Exmos. Srs. Presidente Antônio Júlio, Cel. Rúbio Paulino Coelho, Cel. Álvaro Antônio Nicolau, Cel. Carlos Augusto, Cel. Márcio João Zanetti, Cel. Osmar Duarte Marcelino, Exma. Sra. Ivete Melo, Exmo. Sr. Cel. José Aníbal Fonseca, Srs. Deputados Sargento Rodrigues e Cabo Moraes, demais Deputados, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, em reunião especial de nossa iniciativa, comemora os 227 anos da Polícia Militar de Minas Gerais. Esta homenagem, estamos certos, poderia contar com a adesão de todo o Estado, devido à importância e ao apreço que o povo mineiro dedica à instituição.

O exemplo de seu patrono, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o mártir Tiradentes do pungente momento histórico da Inconfidência, continua vivo por esses dois séculos. Do mesmo modo como Minas tem um herói nacional voltado para a causa maior da liberdade, nosso Estado dispõe de uma Polícia Militar que tem sido modelo para todo o País.

Os mineiros acreditam em sua corporação, cuja eficiência, disciplina e honestidade são reconhecidas, com todo o mérito, pelos outros Estados. Em Minas - ontem como hoje -, pode-se confiar na Polícia Militar no desempenho de sua missão de proteger o cidadão dos assaltos de toda ordem a sua segurança.

Com a segunda maior população do Brasil e com importantes núcleos urbanos, nosso Estado ainda desfruta uma tranquilidade que, infelizmente, inexistia para muitos de nossos vizinhos.

O momento econômico e social favorece a eclosão da violência urbana em suas mais diversas modalidades, mas, aqui, o controle da criminalidade tem sido exercido. Sem dúvida, Minas não é um território que convida aos seqüestros e à ação de organizações criminosas.

É louvável, nesse sentido, como a corporação tem-se mostrado ágil e decidida no combate a qualquer desvio de seus membros, tendo em vista que, às vezes, policiais são envolvidos com os criminosos que deveriam combater. Mas o joio tem sido oportunamente posto à margem do trigo.

Temos toda a convicção de que o futuro de nossa estimada Polícia Militar continuará digno de sua tradição, que merece ser evocada em algumas particularidades altamente significativas. A primeira delas, com certeza, é a presença de Tiradentes entre os membros do 1º Regimento Regular de Cavalaria, criado para garantir a lei e a ordem nas atividades de exploração de ouro, impedindo o contrabando e a evasão dos impostos.

Os ideais de liberdade, advindos desde a sua origem, foram sem dúvida partilhados por dois outros grandes mineiros que pertenceram à instituição. Um deles é Juscelino Kubitschek, o estadista voltado para o desenvolvimento, cujo centenário de nascimento estamos festejando; e o outro, o escritor Guimarães Rosa, que fixou em seu texto tão peculiar a alma mineira impregnada dos nossos sertões e veredas.

É assim que a formação e o aprimoramento de seus quadros continuam privilegiando o repúdio ao erro, ao crime, à corrupção e orientando-se pelo respeito aos direitos humanos e à livre expressão.

A Polícia Militar é a garantia da segurança do cidadão, praticada com firmeza e cordialidade, dentro dos princípios da justiça e da legalidade.

Ao homenageá-la, o povo de Minas Gerais, por esta Assembléia Legislativa, demonstra sua gratidão àqueles que o servem com dedicação e consciência. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Coronel Álvaro Antônio Nicolau

Exmos. Srs. Deputado Antônio Júlio, Cel. Rúbio Paulino Coelho; Cel. Carlos Augusto; Cel. Márcio João Zanetti; Cel. Osmar Duarte Marcelino; Ivete Melo; Cel. José Aníbal Fonseca; Deputado Antônio Andrade, Srs. Deputados, pessoas tão ligadas às instituições de segurança pública, mormente à Polícia Militar, é um prazer imenso tê-los conosco. Caros companheiros da Polícia Militar, peço permissão ao Presidente da Assembléia para fazer saudação especial aos senhores, do Soldado ao Coronel, neste Plenário representando todo o Estado; uma saudação do sangue que corre em nossas veias, no nosso corpo, que consolida a história da nossa corporação, que tem 227 anos.

Hoje, responsabilizamo-nos pela solidez institucional, o sangue que faz vibrar o nosso corpo e a nossa alma, porque, se toda instituição deve ter cabeça, corpo e membros, só se faz e se consolida pela alma, pelo que carrega dentro de si, pela presteza de suas ações, pelos seus compromissos com a própria consciência.

Este é um momento de grande emoção para este Comandante, mesmo porque, consultando os nossos anais, não encontrei registro de homenagem como esta da Casa do povo, instituição respeitada que, juntamente com as demais instituições dos demais Poderes, dá governabilidade a este grande Estado, a esta terra dos mineiros.

Aos nossos companheiros da ativa, da reserva, representada pela União do Pessoal da Polícia Militar, os nossos agradecimentos, a nossa atenção especial, pela solidariedade, pelos momentos institucionais que passamos juntos e, sobretudo, pela vontade férrea consolidada no nosso dever de fazer polícia. Então, este é um momento de agradecimento à Assembléia Legislativa pela homenagem. Volto a dizer da importância desse gesto do Poder Legislativo mineiro para com a Polícia Militar. Esse gesto enobrece e dignifica esta instituição, em cujo comando se exercita uma grande parceria interna, que, sendo, como disse, o próprio sangue que corre nas nossas veias, é representada pela farda que vestimos.

A sociedade deseja de todos nós, da Polícia Militar, que sejamos honestos e simples nas nossas atitudes. Mas que tenhamos respostas para os seus anseios, que são nossos também, já que somos parte dela. Somos cidadãos cuidando de cidadãos; damos a vida para outras vidas salvar. Muitas vezes, pagamos o preço de uma vida. Mas uma vida não tem preço. Então, como avaliar a perda de um companheiro numa ação? Não há como. Mas é a confiança, a ação do nosso policial que dá estrutura moral e credibilidade a essa instituição, que completa no dia 9 de 227 anos.

A simbiose existente entre a Polícia Militar e a Assembléia Legislativa é outro aspecto de grande importância.

Ambas as instituições defendem os interesses comuns - uma se empenhando no fortalecimento da outra. Somos um todo num Estado imenso, de 843 municípios, procurando dar governabilidade e solidez à sociedade, o que não se faz somente com retórica. A retórica tão-somente não resolverá nunca os problemas de segurança pública. São necessários atos, posições firmes e bem elaboradas, com a participação e, sobretudo, a vontade de cada policial, de cada um de nós, para elaborar adequadamente a vontade do povo mineiro, que é ter segurança pública.

Ressaltamos que muito se fez, sobretudo nestes dois últimos anos. Nossa corporação empenhou-se e continua se empenhando muito na sua qualificação profissional. Somente no final do ano passado, foram quase 1.000 policiais reciclados e preparados para sua nova missão. O resultado está aí. Quantas e quantas ocorrências complexas foram resolvidas no final do ano passado e no início deste ano! Um resultado positivo não só para a instituição Polícia Militar, porque o sucesso dela é o sucesso do Estado, da segurança pública, de todas as organizações que compõem o contexto da defesa social.

Então, fica a lembrança deste ato da Assembléia Legislativa, desta referência extremamente positiva para nós, da Polícia Militar. Efetivamente o dia 9 de junho próximo é uma data de grande expressão para nós, pois a instituição estará completando 227 anos de existência. É por isso que aproveitamos o ensejo desta celebração para que este Comandante reafirme aos integrantes da corporação o seu otimismo, sua determinação e vontade firme de que continuemos oferecendo o que temos de melhor para a sociedade mineira.

Falou aqui o Deputado Antônio Andrade com relação à postura da instituição no combate ao desvio de conduta. Efetivamente a instituição é séria porque, para alcançar a excelência na prestação de serviços, é necessário que haja equilíbrio, harmonia, esforço e espírito de grupo.

Porém, o ingrediente mais importante e indispensável nesse contexto é, sem dúvida, a disciplina. Sem disciplina estamos fadados a mergulhar na desordem, a retroagir no tempo e a não merecer o crédito da sociedade, o que resultaria em sérios prejuízos para a ordem moral.

Portanto, repudiamos veementemente o desvio de conduta, a violência policial, as doutrinas do arbítrio e o descaso para com os anseios da coletividade. Somos intransigentes com a disciplina, extremamente rigorosos no cumprimento de nossas tarefas e não abrimos mão dos princípios que norteiam a carreira policial militar. Esse é o ideário de todos nós, do Soldado ao Coronel, daquele que veste a farda de dentro para fora, daquele que vê seu sangue correndo, que eleva sua cabeça para olhar sua família e a sociedade e dizer: missão cumprida. Por isso, agradecemos e registramos, com muito carinho e orgulho, este ato, esta parceria da Assembléia Legislativa. Obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - O Sr. Presidente fará a entrega ao Cel. Álvaro Antônio Nicolau de uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"À Polícia Militar de Minas Gerais, o reconhecimento do Poder Legislativo Estadual por sua importante missão de patrulhar, preservar e restaurar a ordem pública, garantir a segurança no trânsito urbano e rodoviário, defender o patrimônio histórico e participar da defesa civil. Deputado Antônio Júlio."

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem integrantes da Orquestra Sinfônica da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que apresentarão as músicas "Perhaps Love", de John Denver, e "Meditação", de Haendel, tendo como solista o 1º Sargento Antônio Vicente Soares.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria, neste momento, de parabenizar, em nome desta Casa, o Cel. Álvaro Antônio, que logo mais receberá o título de Cidadão Honorário de Belo Horizonte, bem merecido, pelo trabalho que tem desenvolvido à frente da Polícia Militar. A Presidência agradece a presença de todas as autoridades, policiais civis e militares.

ATA DA 180ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 7/6/2002

Presidência do Deputado João Batista de Oliveira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Registro de presença - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Célio Gomes Floriane - Entrega de placa - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Agostinho Patrús - João Batista de Oliveira - Paulo Pettersen.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado João Batista de Oliveira) - Às 15h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Agostinho Patrús, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O locutor - A Presidência convida a tomarem assento à mesa os Exmos. Srs. Célio Gomes Floriane, Presidente do IMA; Fernando Cruz Laender, Presidente da EPAMIG, representando o Secretário de Agricultura, Dr. Paulino Cícero; Jairo Isaac, Diretor Superintendente do SEBRAE; Hélio Junqueira, Diretor Administrativo e Financeiro do IMA; Altino Rodrigues, Diretor Técnico do IMA; Itamar Coelho, Diretor de Promoções e Eventos do IMA; e Deputado Alberto Pinto Coelho, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença do Sr. Benjamin Salles, Chefe de Gabinete da Presidência da EMATER, e da Sra. Sandra da Conceição M. Jorge, Diretora Administrativa do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais, representando, nesta oportunidade, a Vereadora Lúcia Pacífico, na pessoa de quem saudamos os demais funcionários do IMA.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - pelo transcurso de seus dez anos de criação.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvirem o Hino Nacional, que será interpretado por dois integrantes da Academia Musical Orquestra Show da Polícia Militar.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Autoridades, caros colegas Deputados, dirigentes, técnicos e funcionários do IMA, convidados, senhores e senhoras, a Presidência desta Casa tem a satisfação de dar início à reunião especial comemorativa do décimo aniversário de criação do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, requerida pelo 1º-Vice-Presidente desta Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Antes da saudação oficial que, em nome desta Casa, o Deputado Alberto Pinto Coelho fará ao IMA, esta Presidência deseja manifestar a todos os presentes o reconhecimento do Poder Legislativo mineiro pela ação desenvolvida por esse Instituto.

Poucos órgãos da administração pública adquiriram, em apenas um decênio de atividades, tão grande prestígio como o que hoje desfruta o IMA, tanto no setor público como junto aos seus parceiros mais diretos: os produtores rurais de nosso Estado.

Esse bom conceito pode ser comprovado, sobretudo, por nós, Deputados, que estamos em contato constante com as bases municipais, nas lavouras, nas fazendas e nas empresas agroindustriais.

Atualmente, o Brasil é forte exportador de produtos agropecuários, haja vista o crescimento das exportações do setor. De 2000 para 2001, por exemplo, houve incremento de 60% na exportação de carnes brasileiras para outros países, o que influenciou consideravelmente o resultado da nossa balança comercial.

E é exatamente na elevação do nível de qualidade do produto agropecuário brasileiro que instituições como o IMA exercem papel fundamental, por meio da orientação ao produtor, da fiscalização, enfim, do controle da qualidade do produto nacional.

Gostaria de citar um fato que abalou a economia européia nos últimos anos. Refiro-me à ESB - conhecida como doença da "vaca louca" - que atingiu, em larga escala, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha e outros países europeus, em passado recente, e que, ainda nos dias atuais, escapa a verdadeiro controle sanitário.

Estão vivas em nossa memória as impressionantes imagens da extinção, em imensas fogueiras, de rebanhos inteiros de bovinos e ovinos. Essa epidemia, além de provocar dramática perda de vidas humanas, gerou, por exemplo, a interdição do uso da carne na alimentação escolar e espalhou pânico entre os consumidores, produzindo verdadeira psicose coletiva e levando à falência milhares de produtores rurais e empresas da área agroindustrial daqueles países.

Imaginemos que tal fato tivesse ocorrido no Brasil... O que diria a imprensa internacional?... Que críticas e sanções receberíamos dos países importadores do Primeiro Mundo e das organizações internacionais de comércio?

Além das sanções econômicas, receberíamos a pecha de negligência, atraso, incompetência, irresponsabilidade. E, sobretudo, os organismos encarregados de exercer a defesa sanitária animal e vegetal, como o IMA, seriam condenados ao mais amplo descrédito público.

Como disse, no ano passado, o Ministro da Agricultura da França, o fenômeno da "vaca louca" tem por origem um "delírio produtivista", em que a busca do lucro, a qualquer preço, atenta contra a própria vida. E concluía o seu discurso afirmando que "louca" não era a vaca, mas enlouquecidos estavam aqueles que produziram a farinha animal e continuaram a empregá-la, de forma clandestina, em total desrespeito à vida humana.

Relembro esse dramático episódio, solidário com as comunidades que dele foram vítimas, mas com o propósito de ressaltar a responsabilidade que todos devemos ter no controle da qualidade de nossos produtos agrícolas e pecuários.

Com essas reflexões, enalteçemos, no décimo aniversário do IMA, a atuação desse importante instituto na promoção da segurança alimentar da população e na busca da melhoria na qualidade dos produtos agropecuários de nosso Estado. Reafirmamos o compromisso desta Casa em aprovar, o mais breve possível, o plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do IMA como parte desta homenagem, reconhecendo, no profissionalismo e no conhecimento dos servidores, o patrimônio maior desse instituto e do povo de Minas Gerais. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sr. Presidente, Deputado João Batista de Oliveira, Exmos. Srs. Célio Gomes Floriane, Fernando Cruz Laender, Jairo Isaac, Hélio Junqueira, Altino Rodrigues, Itamar Coelho, nobres colegas Deputados, autoridades, técnicos, funcionários e colaboradores do IMA, caros convidados, senhores e senhoras; o IMA, que foi criado pela Lei nº 10.594, de 7/1/92, comemora uma década de excelentes serviços prestados a Minas e ao Brasil; vem-me à memória a conhecida sentença: "O único lugar onde o sucesso vem antes do trabalho é o dicionário".

No caso do IMA, órgão vinculado à Secretaria de Agricultura, cujas diretrizes centrais implementa, o trabalho sempre esteve à frente do sucesso, que hoje se apresenta a olhos vistos. Tornou-se, nesse período, uma referência nacional no planejamento, na coordenação e fiscalização de programas de produção, de saúde e de defesa sanitária animal e vegetal.

Como já dissemos no requerimento que apresentamos para os fins desta homenagem, o IMA está em praticamente todo o território mineiro, com 520 unidades, sendo 17 delegacias regionais, 189 escritórios seccionais e 314 escritórios municipais, cuidando, específica e prioritariamente, da vigilância sanitária animal e vegetal. Seu trabalho visa municiar o produtor rural de instrumento capaz de combater doenças que possam atingir a pecuária e a agricultura estaduais. Em outras palavras, as atividades do IMA, além da assistência técnica e da fiscalização que exerce, consistem, basicamente, em informar, formar e agir para que Minas tenha um plantel animal de qualidade sanitária confiável, segurança alimentar em seus produtos agrícolas, atingindo o nível de aceitação interna e internacional de nossa produção agropecuária.

Para cumprir seus objetivos, o Instituto realiza atualmente inspeção em 500 estabelecimentos industriais de carne e leite, além de exercer rígido controle sobre a utilização dos agrotóxicos, com ação fiscalizadora em 2.300 estabelecimentos comerciais.

Não é tarefa fácil esse trabalho que o IMA realiza, numa base territorial comparável à da França. Além disso, sabemos que, com toda a colaboração dos produtores rurais, principais interessados na melhoria da qualidade de seus produtos, a introdução de novas tecnologias de controle sempre encontra natural resistência.

É verdadeira a assertiva do saudoso Prof. Mário Simonsen de que a vida de um administrador público é 10% destinada ao trabalho técnico e 90% destinada a impedir que outros destruam esse trabalho.

Mas a parceria IMA-produtor rural tem superado as barreiras e resistências. Nosso Estado conta, hoje, com três importantes instrumentos para a valorização dos produtos do seu agronegócio, setor da economia que gera uma receita anual de R\$30.000.000.000,00. Esses instrumentos são os certificados de origem e qualidade dos produtos agropecuários, CERTMINAS, do café, CERTICAFÉ, e dos produtos da bovinocultura, CERTIBOV. Esses certificados constituem um diferencial para o produto mineiro no mercado nacional e internacional, cada vez mais regido pelo binômio qualidade e segurança alimentar.

E essa atividade do IMA coincide exatamente com a diretriz central da última sessão do Comitê Internacional da Organização Mundial de Saúde Animal, realizada de 26 a 31 de maio, em Paris, com representantes de 158 países que fazem parte da organização, inclusive o Brasil.

A principal decisão do comitê é a adoção de normas mundiais no domínio da saúde animal, principalmente para sua aplicação no comércio internacional. E esses certificados expedidos pelo IMA estão em plena sintonia com as normas internacionais, assegurando o acesso de produtos agropecuários de Minas ao mercado mundial.

E ampliando o horizonte da atividade desenvolvida pelo IMA, ou seja, colocando-o na dimensão da economia geral, vemos que o Instituto se insere numa cadeia que produz efeitos diretos e indiretos de ampla repercussão econômica e social. Entre eles, podemos mencionar o da segurança alimentar, o da saúde pública, a geração de emprego, o aumento da produtividade, a geração de excedentes exportáveis, o desenvolvimento tecnológico e a expansão do agronegócio.

Esses fatores ganham outra amplitude quando consideramos que, hoje, o Brasil possui o maior rebanho bovino comercial do mundo, é o segundo maior produtor de carne bovina e o quinto maior mercado consumidor mundial. Minas, nessa referência, além de ocupar o primeiro lugar na produção agropecuária brasileira, liderando a produção de café, com 20 milhões de sacas na safra 2002-2003, ocupando a mesma liderança na produção de leite e de vários outros produtos, conta com o segundo maior rebanho bovino do País, com 21 milhões de cabeças. É também o terceiro maior produtor nacional de carne e couros e se apresenta como o quarto maior rebanho suíno e produtor de carne suína no Brasil.

Para termos idéia da vitalidade da agropecuária mineira, apenas neste trimestre - maio, junho e julho -, estão sendo realizados, em centenas de cidades mineiras, 407 eventos do setor, entre feiras, exposições, concursos e leilões, muitos deles contando com o apoio e a promoção do próprio IMA.

Nesses primeiros dez anos, a grande conquista do IMA foi, sem dúvida, a vitória contra a febre aftosa, obtida com a parceria de diversas instituições públicas e do setor privado. Nosso Estado obteve, nos anos de 2000 e 2001, o reconhecimento de seu território como área livre de febre aftosa pela Organização Internacional de Epizootias, a mesma que patrocinou o recente congresso de Paris a que fizemos referência.

Consegui, ao mesmo tempo, o reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento como área livre de peste suína clássica. Com esses avanços, hoje, Minas já exporta uma significativa quantidade de carne suína para a Rússia e a própria Argentina, preparando-se para conquistar novos mercados no mundo.

É esse trabalho de campo que permitiu ao Brasil, no ano passado, uma receita cambial de US\$2.600.000.000,00 com a exportação de carne bovina, suína e de frango. Hoje, exportamos suínos e de frangos para mais de 90 países.

Mas, atrás de todo esse cenário de avanços e conquistas, impõe-se considerar uma questão crucial, que o Brasil precisa resolver para construir uma sociedade verdadeiramente democrática. Refiro-me à função social da terra. A economia brasileira, por sua dinâmica própria, está transformando rapidamente o meio agrícola e a sociedade rural. Isso resulta do processo de modernização tecnológica e dos novos parâmetros criados pelo mercado interno e pelas exigências do comércio exterior.

Sabemos que importantes setores da agropecuária brasileira, tendo em Minas um papel destacado, já estão mecanizados, usam insumos químicos e adotam métodos modernos de gestão empresarial.

Mas precisamos levar à frente, para assegurar uma democracia duradoura e aberta a novos atores sociais, o processo de reforma agrária no País. Esta supõe, por sua vez, um grande esforço de formação, de medidas de apoio técnico em favor das famílias instaladas. E esse processo precisa incorporar 5 milhões de pequenos proprietários, que permanecem à margem dessa acelerada transformação da agricultura brasileira.

Nesse sentido, considero oportuno registrar o papel inovador e transformador que vem realizando o Instituto de Terras de Minas Gerais - o ITER-MG -, criado pelo Governador Itamar Franco em dezembro de 2001.

Além do programa de titulação de terras, agora totalmente informatizado pela PRODEMGE e, portanto, de execução muito mais ágil, os projetos de assentamento em curso beneficiam mais de 4 mil famílias, com direito a plantar, colher e comercializar seus produtos.

Em vez da mera cesta básica que tinham do Governo Federal, como forma de sustento, essas famílias, com a ação direta do ITER-MG, contam agora com verdadeiras medidas de apoio, como o "kit" de segurança alimentar e o fornecimento de ferramentas, sementes, adubos e outros insumos, além de pequenos animais para procria, possibilitando-lhes uma sobrevivência digna.

O mais relevante nesse processo que o Governo Itamar Franco desenvolve é o tratamento político dado à questão da terra. O Governador interveio pessoalmente quando havia conflito. Todos os casos de desocupação em cumprimento de liminares foram negociados pacificamente, respeitando os direitos humanos e a cidadania no campo.

E é determinação do Governador Itamar Franco, como no exemplo dado no caso dos 1.600ha de terras devolutas do Município de Maxacalis, de que todas as áreas devolutas de Minas Gerais que não estejam cumprindo sua função social deverão ser destinadas a assentamentos rurais. E quem ordena fazer isso é a Constituição Federal. E, somente em nosso Estado, senhoras e senhores, existem 11.000.000ha de terras devolutas, enquanto 5 mil famílias permanecem acampadas. Seria preciso dizer algo mais?!...

No campo da reforma agrária, Minas tem demonstrado, pois, que sabe fazer diferente, apostando na cidadania e no resgate dos direitos do

homem do campo. Esse é o grande diálogo político nacional que precisa ser aberto, sem radicalismos ou confrontações de nenhuma ordem. Mas é preciso saber o que fazer e como equacionar essa delicada operação de engenharia política da terra no Brasil. Minas mostra que sabe e faz a política agrária de que o Estado precisa e todo o País necessita.

Com estas esperanças e com a convicção de que essa democratização de oportunidades se estenderá a parcela cada vez maior da gente do campo, saúdo o IMA como modelo e referência para a construção desse futuro melhor que merece o povo de Minas e a sociedade brasileira.

Congratulo-me com seus dirigentes, com seus técnicos, com seus servidores, no papel que exercem de fiscais da defesa agropecuária, com o orgulho de contribuir para aquilo que a sociedade exige: maior oferta de alimentos, criação de oportunidades de emprego e excedentes exportáveis, renda e qualidade de vida para o povo mineiro.

Neste décimo aniversário, que o IMA seja emblema da agropecuária mineira. E que esta se torne, cada vez mais, exemplo para toda a economia nacional, sempre com o selo de qualidade do Instituto Mineiro de Agropecuária! Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - A partir deste instante, será exibido um vídeo institucional produzido pelo IMA.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. Célio Gomes Floriane

Exmos. Srs. Deputado João Batista de Oliveira, grande amigo do setor agropecuário mineiro; Dr. Fernando Cruz Laender, Dr. Jairo Isaac, Diretor Superintendente do SEBRAE-MG - entidade que é exemplo em todo o País e cujo exemplo maior está neste Estado -, um grande parceiro do IMA em todas as atividades desenvolvidas em Minas Gerais, principalmente na campanha, realizada no ano passado, de valorização do café, no Concurso Prosa e Verso e na campanha educativa que está sendo realizada este ano, de valorização do café e do leite, dupla que alimenta a vida; Diretores do IMA, Dr. Altino Rodrigues Neto, Dr. Itamar Coelho e Dr. Hélio Junqueira; Dr. Marcílio Magalhães de Oliveira, Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária; Dr. João Batista, Diretor da EMATER; caros servidores do IMA, senhores e senhoras, em várias oportunidades comparecemos à Assembléia Legislativa para participar das atividades desta Casa, que constitui sustentáculo e instrumento para o maior desenvolvimento de nosso Estado. O trabalho aqui desenvolvido, em apoio à campanha estadual de erradicação da febre aftosa, que resultou no reconhecimento de todo o território mineiro, pela Organização Internacional de Epizootias, como área livre de febre aftosa, foi importante e imprescindível. A participação efetiva da Assembléia nessa campanha contribuiu para que tivéssemos grande avanço e abrissemos nosso leque de possibilidades, como foi visto no vídeo, que mostra o Estado exportando carne bovina, leite e queijo para a China, Argélia, Japão e vários outros países. A erradicação da febre aftosa foi realmente uma grande conquista, que queremos dividir com todos os que participaram desse esforço, em que a Assembléia Legislativa teve papel fundamental.

Nesta Assembléia, a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial é um exemplo de atuação. Seu Presidente, o Deputado João Batista de Oliveira, é um baluarte na defesa dos interesses da agropecuária e do agronegócio mineiros. Como exemplo, citamos alguns trabalhos mais recentes: a lei que dispõe sobre a inclusão do café na merenda escolar, ação pioneira de Minas, que está sendo copiada por outros Estados, foi um trabalho iniciado nesta Casa. Outra lei é a que introduz mudanças na estrutura tributária da cadeia produtiva do leite, em benefício de todos os produtores mineiros. Minas é o maior produtor de leite do País. Em face das dificuldades vividas pelo setor, foi elaborada uma lei que viabilizou uma nova estrutura tributária, com uma série de benefícios para os produtores mineiros; uma lei que dispõe sobre o processo de produção do queijo-de-minas artesanal; um projeto de lei que determina a inclusão, nas embalagens dos cafés produzidos no Estado, de informações ao consumidor sobre espécie, percentual de mistura, classificação e ponto de torra (estas são informações vitais para que o consumidor tenha um produto saudável e uma bebida apreciável); e uma lei estabelece o padrão de identidade e as características do processo de elaboração da cachaça artesanal de Minas. Outras leis serão citadas a seguir.

Lei que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal durante a realização de rodeio: Minas tem uma série de eventos agropecuários que contam com a realização do rodeio.

Lei que estabelece nova política florestal e de proteção à biodiversidade para o Estado: alguns exemplos de trabalhos recentes mostram o que a Assembléia vem desenvolvendo nesse sentido. Por ocasião do aniversário do IMA, queremos parabenizar esta Assembléia pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol do agronegócio mineiro.

Fazemos alguns agradecimentos, iniciando pelo Secretário Paulino Cícero de Vasconcelos, representado pelo Dr. Fernando Cruz Laender; com sua competência, é o grande animador do sistema da agricultura, sendo entusiasta no que tange ao desenvolvimento do setor agropecuário do Estado. O grande trabalho realizado pelo IMA conta com o imprescindível apoio da Secretaria de Agricultura.

Queremos agradecer a todos que colaboraram para que os resultados apresentados nesse vídeo fossem alcançados. Agradecemos em nome de todos os servidores do IMA, porque, no próprio vídeo, foi mostrada a dedicação, o denodo, o empenho dessa família que é o IMA. Agradecemos a todos que se associaram ao IMA, possibilitaram essa série de resultados apresentados e contribuíram para que, nesses dez anos, o IMA adquirisse todo esse conceito, cada vez mais forte, de um órgão importante, que tem credibilidade.

Queremos agradecer, de maneira especial, ao Deputado Alberto Pinto Coelho, cujo nome não citei no início, pelo grande trabalho que vem realizando como Vice-Presidente desta Casa. V. Exa. fez um pronunciamento que foi uma verdadeira aula sobre a importância do agronegócio mineiro. Dispensa qualquer comentário maior a importância do agronegócio. Ficamos felizes de ver um Deputado de origem urbana com visão, conhecimento e sensibilidade para o agronegócio. Temos, no agronegócio, a grande alternativa do País. É o grande caminho. Como o próprio Deputado frisou, a balança comercial deste ano apresentou superávit de US\$2.600.000.000,00 porque a balança comercial do agronegócio apresentou superávit de US\$18.000.000.000,00. Se não fosse a balança comercial do agronegócio, teríamos um déficit de aproximadamente US\$15.300.000.000,00. Essa é a grande sustentação do País, a grande alternativa. O País tem vocação, tradição, potencial; tem, no agronegócio, o seu grande caminho. Ficamos muito felizes de ver esta Assembléia demonstrando toda essa sensibilidade e conhecimento sobre o agronegócio. O pronunciamento do Deputado Alberto Pinto Coelho deixa-nos envaidecidos e orgulhosos de ver um Deputado conhecendo e sabendo defender esse importante setor.

Agradecemos ao Deputado em meu nome e no de todos os servidores do IMA. Estamos imensamente gratos por essa homenagem. Desejamos que V. Exa. continue esse líder fantástico de Minas Gerais, esse Deputado atuante e tenha muito sucesso na vida pessoal. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - O Sr. Presidente fará a entrega ao Sr. Célio Gomes Floriane, Presidente do IMA, de placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: (- Lê:): "Presente em quase todo o território mineiro, o Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - desenvolve trabalho que

culminou com o reconhecimento internacional aos produtos de origem animal fabricados em Minas Gerais. A homenagem do Poder Legislativo Estadual ao IMA pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado. Deputado Antônio Júlio"

- Procede-se à entrega da placa.

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, teremos o prazer de ouvir dois integrantes da Orquestra de Baile da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, que apresentarão as músicas "My Way", imortalizada por Frank Sinatra, e "Insensatez", de autoria do maestro Tom Jobim. Aos dois, manifestamos, antecipadamente, os nossos agradecimentos.

- Procede-se à apresentação musical.

O Sr. Presidente - Rodando pelo Estado, com a Comissão da CPI do Preço do Leite, que se reuniu em várias cidades, com mais de 200 sindicatos, certa vez fui cumprimentar os convidados e procurei pelo representante do IMA. Quando o encontrei, perguntei-lhe: "Você é o representante do IMA?". Respondeu-me: "Não queria me gabar, mas, já que o senhor falou, sou eu mesmo". Assim, gostaria de registrar, ao final da reunião, a imagem do IMA em sua luta heróica. Na erradicação da febre aftosa, o IMA não usou do poder de polícia, mas do poder de conquista. Deixaremos isso de legado para as futuras gerações. Antigamente, o produtor comprava vacina e jogava fora. O IMA, então, conquistou os produtores. Quando a carta de vacina não chega, não é o IMA que corre atrás, mas o produtor. Essa mudança de mentalidade fará o futuro do agronegócio em Minas Gerais.

O IMA, abrindo mão do seu poder de polícia, trabalhou afetosamente na conquista do coração e da consciência dos produtores do Estado. Antigamente, os produtores compravam vacina e jogavam fora. Vacinava-se "para inglês ver" conforme o dito popular. Hoje, vacina-se para inglês aplaudir, graças à ação vigorosa e heróica do IMA. A Presidência manifesta os seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de segunda-feira, dia 10, às 8h30min, às 14h30min e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão especial para emitir parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 81/2002

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Luiz Tadeu Leite, Alberto Bejani e João Pinto Ribeiro, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Luiz Tadeu Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Alberto Bejani, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão. O Presidente informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão, transfere a direção dos trabalhos ao Vice-Presidente, Deputado Alberto Bejani, e apresenta requerimento solicitando sejam convidadas autoridades relacionadas com a matéria para apresentarem subsídios ao relator. Submetido à votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, o Presidente agradece a presença dos parlamentares, informa que os membros serão convocados, mediante edital, para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2002.

Luiz Tadeu Leite, Presidente - João Pinto Ribeiro - Ermano Batista.

ATA DA 85ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e trinta minutos do dia cinco de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Antônio Carlos Andrada, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Miguel Martini, Paulo Piau e Bené Guedes. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a ouvir convidados em debate sobre os gastos com a remuneração da administração superior da ADEMG e com a manutenção e conservação dos estádios, bem como a obter esclarecimentos sobre denúncia de possível irregularidade na contratação do escritório Silva e Araújo Advogados Associados por esse órgão. Comunica, ainda, o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Jerson Kelman, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas; Elvécio Lucas de Bastos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo, e da Sra. Elizabeth Matos de Menezes, da Gerência do Programa de Alimentação Escolar, publicados no "Diário do Legislativo" de 30/5/2002; e do Sr. Milton Teixeira Carneiro, Diretor de Construção do DER-MG; e o Boletim Informativo do Tribunal de Contas da União referente ao mês de maio de 2002. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.639/2001 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Rêmoló Aloise); 1.972/2002 (relator: Deputado Ivair Nogueira) e 1.976/2002 (relator: Deputado Luiz Fernando Faria). O Projeto de Lei Complementar nº 45/2001 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Ivair Nogueira, aprovado pela Comissão. O Projeto de Lei nº 2.021/2002 é convertido em diligência à COPASA-MG, por determinação do Presidente da Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Mauro Lobo, em que solicita sejam convidados os Secretários do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda para demonstrarem e avaliarem, perante esta Comissão, o cumprimento das metas fiscais para o 1º quadrimestre de 2002, bem como para prestarem esclarecimentos sobre as metas fiscais para o exercício de 2003 e informações sobre a situação fiscal do Estado. Logo após, é lido o parecer do Deputado Luiz Fernando Faria sobre o acordo celebrado entre o Estado e a Cia. Vale do Rio Doce, relativo à extinção de demandas judiciais da Fazenda Pública Estadual, no qual conclui que o acordo "não extrapolou os limites legais e que inexistente prática de comportamento lesivo ao erário que demande a proposição de projeto de resolução que vise sustar os atos normativos do Poder Executivo, razão pela qual se impõe o arquivamento do processo". Na fase de discussão, é concedida vista da matéria ao Deputado Antônio Carlos Andrada. Em seguida, a Presidência destina esta parte da reunião a ouvir convidados que discorrerão sobre matéria objeto da apreciação desta Comissão. Registra-se a presença dos Srs. Flávio Anielo Modenesi, Presidente da ADEMG; Paulo Sanderson Gil Nunes, Assessor da ADEMG; Fernando Ladeira Aragão, Diretor Financeiro e Administrativo da ADEMG; Arlindo Aires, Chefe de Gabinete da ADEMG, e José Luís Freitas Silva, Sócio-Diretor da Silva e Araújo Advogados Associados, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra aos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Miguel Martini, autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2002.

Mauro Lobo, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Ivair Nogueira - Rêmolo Aloise.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002

Às nove horas do dia dez de junho de dois mil e dois, comparecem na Câmara Municipal de Montes Claros os Deputados Anderson Adauto, Elaine Matozinhos e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Gil Pereira e José Braga. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Anderson Adauto, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater em audiência pública, a pedido do Deputado Sargento Rodrigues, a Proposta de Emenda à Constituição nº 87/2002 e os demais projetos em tramitação na Assembléia relacionados com seu tema. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Cel. PM Mauro Gregório da Silva, Comandante da 3ª Região da PMMG, de Montes Claros, no qual apresenta sugestões referentes à questão da segurança pública. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Anderson Adauto, em que solicita seja realizada audiência pública em Uberlândia, em 21/6/2002, às 15 horas, com o mesmo objetivo da presente audiência. A Presidência destina esta parte da reunião a ouvir convidados que discorrerão sobre o assunto em pauta. Registra-se a presença dos Srs. Sued Botelho, Vereador à Câmara Municipal de Montes Claros e representante do Presidente desta; Sub. José de Jesus Felício, representante do Comandante da 2ª Cia. Independente de Bombeiros Militar de Montes Claros; Walter Suzart, Delegado de Vigilância-Geral da 8ª Delegacia Regional de Segurança Pública - DRSP - , de Montes Claros; Francisco Monteiro de Freitas, Delegado Regional da 8ª DRSP; Valdeci Pereira, Prefeito Municipal de Cristália; e Ronald Couto, Diretor do Centro de Ciências Sociais da UNIMONTES, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, na Câmara Municipal de Varginha, em 14/6/2002, às 9 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de junho de 2002.

Anderson Adauto, Presidente - Sargento Rodrigues - Rogério Correia - Elaine Matozinhos.

ATA DA 6ª REUNIÃO Extraordinária da CPI das Carvoarias

Às quinze horas e quinze minutos do dia doze de junho de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adelmo Carneiro Leão, Fábio Avelar, Elbe Brandão, Bilac Pinto e Márcio Cunha, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adelmo Carneiro Leão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final dos trabalhos e passa a palavra à relatora, Deputada Elbe Brandão, para a leitura de seu relatório. A relatora solicita a distribuição em avulsos do seu relatório, sendo marcada nova reunião, para apreciação do relatório, no dia 13 de junho, às 14h30min. Não havendo mais nada a tratar, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de junho de 2002.

Adelmo Carneiro Leão, Presidente - Elbe Brandão - Márcio Régis - Bilac Pinto - Márcio Cunha - Dalmo Ribeiro Silva - Fábio Avelar.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 369ª reunião ordinária, EM 18/6/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 62/2001, do Deputado Cabo Morais, que altera o art. 39 da Constituição do Estado e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 68/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2000, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 239 da Constituição do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido no 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.774/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz, que estrutura os Quadros Especiais de Pessoal da Administração Pública Estadual Autárquica e Fundacional das instituições que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 3 a 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 2, da Comissão de Justiça, 3 a 5, da Comissão de Administração Pública; e 6 a 13, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 33/2000, do Deputado Sargento Rodrigues, que determina a contagem do tempo dos militares excluídos da PMMG em virtude do movimento reivindicatório de junho de 1997, nos termos que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.434/2001, do Deputado Doutor Viana, que autoriza o Poder Executivo a classificar o grupo sanguíneo e o fator RH juntamente com o exame do pezinho. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.950/2002, do Deputado Eduardo Brandão, que garante a todo cidadão o direito às informações relativas à merenda escolar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.003/2002, do Deputado Miguel Martini, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.155/2000, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que proíbe o uso de pipas com linha cortante em áreas públicas e comuns. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.160/2000, do Deputado Edson Rezende, que estabelece requisitos para a criação, a autorização de funcionamento, o acompanhamento, a avaliação e o reconhecimento dos cursos de nível médio, pós-médio e superior na área de saúde, das instituições de educação integrantes do sistema estadual de educação e adota outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.679/2001, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira Dourada o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.865/2001, do Governador do Estado, que reorganiza a Secretaria de Transportes e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.934/2002, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itaobim o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 104ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 18/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.968/2002, do Deputado Wanderley Ávila; 2.160/2002, do Deputado Eduardo Brandão; 2.171/2002, do Governador do Estado; 2.186/2002, do Deputado Eduardo Brandão; Projeto de Lei Complementar nº 41/2001, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 133/99, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.657/2001, do Deputado Gil Pereira; 1.966/2002, do Deputado Paulo Piau; 2.130/2002, do Deputado José Braga; 2.215/2002, do Deputado Alberto Pinto Coelho.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 85ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 14h30min do dia 18/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 18ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito para, no prazo de 120 dias, Apurar o Funcionamento do Sistema Prisional de Ribeirão das Neves e Outros Municípios, Verificando a Possível Participação do Poder Público, com Grupos de Criminosos Organizados, nos Esquemas de Facilitação de Fuga, Tráfico de Drogas, Liberdade e Soltura Extralegal, a realizar-se às 15 horas do dia 18/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento de Francisco de Paula Filho, detento do CERESP de Ipatinga.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 18/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Parecer sobre a Emenda nº 2, apresentada em Plenário, ao Projeto de Lei nº 1.296/2000, do Deputado Fábio Avelar, em turno único.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 81ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 13 horas do dia 19/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: promover debate sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo regional e do turismo sustentável.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 87ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 14h30min do dia 19/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 782/99, do Deputado Bené Guedes.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.310/2000, do Deputado Gil Pereira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.153/2002, do Deputado Dilzon Melo.

Finalidade: debater, em audiência pública, os critérios adotados pelos cartórios no registro de reserva legal dos imóveis rurais e a atuação da Polícia Florestal e Rural do Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Hospital Semper S.A. Objeto: prestação de serviços de assistência médico-hospitalar. Dotação orçamentária: 339039. Vigência: 60 meses, a partir da assinatura. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

ERRATA

ATA DA 368ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 13/6/2002

Na publicação da ata em epígrafe, verificada na edição de 15/6/2002, na pág. 31, col. 1, sob o título "Leitura de Comunicações", onde se lê:

"(Ciente. Oficie-se.)", leia-se:

"(Ciente. Publique-se.)".